

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

**Demonstrações financeiras
Preparadas de Acordo com as
Normas Internacionais de
Relatórios Financeiros - IFRS
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujo lucro no exercício foi de R\$ 46.058 (R\$ 39.305 em 31 de dezembro de 2019), os ativos totais, R\$ 7.782.166 (R\$ 6.732.184 em 31 de dezembro de 2019) e a carteira de empréstimos e recebíveis de clientes R\$ 2.850.707 (R\$ 1.737.393 em 31 de dezembro de 2019).

Permanecemos à disposição de V.Sas, para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que, todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 25 de agosto de 2021



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas do

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 8 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 apresenta na rubrica de empréstimos e recebíveis o montante de R\$ 2.850.707. A política contábil utilizada pelo banco para mensuração da provisão para perdas esperadas é baseada na Resolução 2.682. Caso o Banco tivesse aplicado os requerimentos do IFRS 9 para a mensuração das perdas esperadas de crédito, as seguintes premissas deveriam ter sido consideradas no cálculo dessa estimativa: *probability at default*, *exposure at default* e *loss given default*, além das informações prospectivas e macroeconômica em relação a inadimplência da carteira de crédito. Foi impraticável para nós quantificar os efeitos do ajuste relacionados a esse assunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luciana Liberal Sâmia', written over the printed name and title.

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.297.818	1.800.909
Depósitos vinculados ao Banco Central	5	2.646	1.750
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		<u>-</u>	<u>32.388</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7a	-	32.388
Instrumentos financeiros derivativos	6	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		<u>1.846.371</u>	<u>2.408.286</u>
Títulos e valores mobiliários	7b	1.846.371	2.408.286
Ativos financeiros ao custo amortizado		<u>3.561.069</u>	<u>2.404.693</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8a	714.074	670.338
Empréstimos e recebíveis de clientes	8b	2.850.707	1.737.393
Provisão para perdas de crédito esperadas	8g	(3.712)	(3.038)
Outros ativos		<u>38.033</u>	<u>39.015</u>
Devedores por depósitos em garantia	14	15.894	16.778
Tributos a compensar	15f	14.137	15.005
Outros ativos	9	8.002	7.232
Créditos tributários		<u>22.410</u>	<u>28.846</u>
Ativo fiscal diferido	15c	2.588	12.983
Demais créditos tributários diferidos	15d	19.822	15.863
Imobilizado	10	9.634	12.058
Intangível	11	4.186	4.239
Total do ativo		<u><u>7.782.166</u></u>	<u><u>6.732.184</u></u>

	Notas	2020	2019
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		<u>479.625</u>	<u>852.068</u>
Instrumentos financeiros derivativos	6	41.285	119.167
Obrigações por empréstimos e repasses	12b	438.340	732.901
Passivo financeiro ao custo amortizado		<u>5.238.771</u>	<u>3.902.204</u>
Depósitos de clientes	12a	2.303.525	2.223.803
Obrigações por empréstimos e repasses	12b	2.935.246	1.678.401
Outros Passivos		<u>220.239</u>	<u>132.930</u>
Relações interdependências	15a	27.393	22.784
Tributos a recolher	15e	28.815	25.632
Passivo fiscal diferido	15d	24.352	11.441
Outras obrigações	15b	75.141	73.073
Passivos contingentes	14	64.538	56.855
Patrimônio líquido	16	<u>1.843.532</u>	<u>1.788.127</u>
Capital social - País	2	2	2
Capital social - Exterior	1.559.698	1.559.698	1.559.698
Reservas de lucros	274.737	228.708	228.708
Ajustes de avaliação patrimonial	23.934	9.821	9.821
Ajustes passivos atuariais	(10.869)	(12.132)	(12.132)
Ganhos e Perdas - Hedge	(3.970)	2.030	2.030
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>7.782.166</u></u>	<u><u>6.732.184</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		2020	2019
Receitas com juros e similares	17	458.769	429.169
Despesas com juros e similares	18	(868.463)	(404.356)
Receita líquida com juros		(409.694)	24.813
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	19	217.982	50.706
Variações cambiais (líquidas)	20	368.490	79.587
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	21	41.436	31.810
Outras receitas (despesas) operacionais	22	4.609	8.743
Provisão redução ao valor recuperável	8h	(750)	(1.560)
Total das receitas operacionais líquidas		222.073	194.099
Despesas com pessoal	23	(72.100)	(70.686)
Despesas administrativas	24	(37.143)	(34.546)
Despesas tributárias	25	(11.439)	(15.595)
Depreciações e amortizações		(4.740)	(4.801)
Lucro operacional antes da tributação		96.651	68.471
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	(30.110)	(25.632)
Imposto de renda e contribuição social diferido	15	(20.483)	(3.534)
Lucro líquido do exercício		46.058	39.305
 Quantidade de ações		 1.559.699	 1.559.699
 Lucro por lote de mil ações		 29,53	 25,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido dos exercícios	46.058	39.305
Resultado abrangente que será reclassificado para lucro líquido:	<u>8.113</u>	<u>3.861</u>
Variação de valor justo	14.751	7.020
Impostos diferidos	(6.638)	(3.159)
Resultado abrangente que não será reclassificado para lucro líquido:		
 Planos de Benefícios Definidos	<u>1.263</u>	<u>(5.692)</u>
Variação de valor justo	2.296	(10.349)
Impostos diferidos	(1.033)	4.657
Lucro líquido abrangente	<u>55.434</u>	<u>37.474</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital	Reserva Lucros		Outros Resultados Abrangentes				Lucros / (Prejuízos) Acumulado	
	explicativa	realizado	Legal	Estatutárias	Próprios	Ganhos e Perdas - Hedge	Ajuste Passivos Atuariais	Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior		Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019		793.819	11.628	177.246	(628)	-	(6.440)	8.619	-	984.244
Aumento Capital		765.881								765.881
Reversão de Reservas										-
Dividendos não distribuídos										-
Ganhos ou Perdas de Hedge						2.030				2.030
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos					615					615
Ajuste passivos atuariais							(5.692)			(5.692)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior resolução 4.524								1.215		1.215
Lucro líquido do exercício									39.305	39.305
Reserva legal	16.c		1.965						(1.965)	-
Reserva estatutária	16.d			37.869					(37.340)	529
Juros Capital Próprio										-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.559.700	13.593	215.115	(13)	2.030	(12.132)	9.834	-	1.788.127
Mutações do exercício		765.881	1.965	37.869	615	2.030	(5.692)	1.215	-	803.883
Saldos em 01 de janeiro de 2020		1.559.700	13.593	215.115	(13)	2.030	(12.132)	9.834	-	1.788.127
Aumento de capital										-
Ganhos ou Perdas de Hedge						(6.000)				(6.000)
Ajuste ao valor justo - TVM e derivativos					3.312					3.312
Ajuste - passivos atuariais							1.263			1.263
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior resolução 4.524								10.801		10.801
Lucro do exercício									46.058	46.058
Destinações:										-
Reserva legal	16.c		2.274						(2.303)	(29)
Reserva estatutária	16.d			43.755					(43.755)	-
Juros sobre o capital próprio										-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.559.700	15.867	258.870	3.299	(3.970)	(10.869)	20.635	0	1.843.532

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido antes da tributação e das participações	96.651	68.471
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e Amortizações	4.740	4.801
Provisão (reversão) para contingências	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável	674	1.520
Ganhos ou Perdas de Hedge	(6.000)	2.030
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	3.312	615
Ajuste passivos atuariais	1.263	(5.692)
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior resolução 4.524	10.801	1.216
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(50.593)	(29.166)
Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro	60.848	43.795
Variações em:		
Depósitos vinculados ao Banco Central	(896)	62
Instrumentos financeiros derivativos	(77.882)	11.853
Títulos e valores mobiliários	561.915	(627.309)
Aplicações em operações compromissadas	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(11.348)	(52.025)
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-
Empréstimos e recebíveis de clientes	(1.113.314)	(458.423)
Devedores por depósitos em garantia	884	(568)
Tributos a compensar	868	(1.873)
Outros ativos	(770)	(2.685)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.436	1.305
Depósitos de clientes	79.722	46.488
Captações no mercado aberto	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	962.283	260.028
Provisões	7.683	5.329
Relações interdependências	4.609	(21.541)
Tributos a recolher	3.183	494
Demais impostos diferidos	12.911	57
Outras obrigações	2.069	5.538
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	499.201	(789.475)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Alienação/aquisição de imobilizado de uso	(1.251)	(44)
Aplicações no intangível	(1.041)	(469)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	(2.292)	(513)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento de capital	-	765.880
Estatutária	-	406
Aquisição de ações em tesouraria	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-
Dívidas subordinadas	-	(778.369)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	-	(12.083)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	496.909	(802.071)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.800.909	2.602.980
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.297.818	1.800.909
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	496.909	(802.071)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”) está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio e de investimento. O Banco é subsidiária integral de nossa casa matriz, SMBC Tóquio - Japão.

O consolidado IFRS Banco Sumitomo (“SMBCB” ou “Consolidado”) é composto pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e pelo SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior (“SMBCB Onshore”), no qual o Banco é cotista exclusivo.

A emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 25 de agosto de 2021.

2 Bases de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRIC”).

As Demonstrações Financeiras contemplam as operações do Banco, que inclui a agência de Cayman e o SMBCB Onshore.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do SMBCB são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o SMBCB atua (“Moeda Funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do SMBCB.

c. Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) *Ativos e passivos contingentes*

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

d. *Adoção de novas normas e interpretações*

Alterações no IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Fase 1: Em decorrência da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – IBOR (Interbank Offered Rate), por exemplo LIBOR e EURIBOR, as avaliações das estruturas de hedge accounting que se utilizam destas taxas poderão ser afetadas. As alterações promovidas pelo IASB têm por objetivo reduzir eventuais impactos nestas relações de proteção caso a reforma das taxas de juros de referência gere incertezas sobre

o período ou o valor dos fluxos de caixa do objeto ou do instrumento de hedge. Estas alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. O Conglomerado não possui operações de hedge accounting que possam ser impactadas por tal reforma.

e. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuro

- **Alterações no IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Fase 2:** Estas alterações envolvem ativos e passivos financeiros indexados a taxas de juros utilizadas como referência de mercado – IBOR. As alterações realizadas pelo IASB têm por objetivo endereçar o tratamento para a modificação de ativos e passivos financeiros referenciados em tais taxas e orientar sobre divulgações adicionais necessárias caso a reforma das taxas de juros de referência produzam impactos aos instrumentos financeiros da entidade. Tais alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021. Não são esperados impactos significativos no Conglomerado quando de sua adoção
- **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** O pronunciamento substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - Variable Fee Approach: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Essa norma não traz impactos para o Banco.

3 Principais práticas contábeis

a. Moeda estrangeira

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” nas demonstrações de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de

instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas nas demonstrações de resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com o IAS 21.

b. Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SMBCB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SMBCB.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo SMBCB no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

1. Avaliação do modelo de negócio

O SMBCB classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O SMBCB classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

2. Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

Como um segundo passo do processo de classificação, o SMBCB avalia os termos contratuais dos ativos financeiros para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam

apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o SMBCB realiza julgamento e considera fatores relevante, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo básico não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

(iii) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros', utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

(iv) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreende itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do SMBCB é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(v) *Itens mantidos para negociação*

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação, se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

(vi) *Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SMBCB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Banco em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 1º de janeiro de 2018 (data de aplicação inicial do IFRS 9), a administração do SMBCB não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(vii) *Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3 (c).

(i) *Hierarquia do valor justo*

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A determinação dos valores justos de ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor presente líquido, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O SMBCB utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da

Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial consolidado.

(ii) Reclassificação de instrumentos financeiros

O SMBCB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O SMBCB não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

(iii) Desreconhecimento de ativos financeiros

Desreconhecimento devido às modificações substanciais em termos e condições contratuais

O SMBCB desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o SMBCB reconhece um ganho ou perda de modificação.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SMBCB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o SMBCB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

c. Redução ao valor recuperável

Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SMBCB registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O SMBCB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações contábeis, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Baseado no processo acima, o SMBCB distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

- **Estágio 1:** quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o SMBCB reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- **Estágio 2:** quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SMBCB registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O SMBCB registra uma provisão para PE Vida.

(i) Cálculo das perdas esperadas

O SMBCB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default - PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default - EAD*): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.
- Perda dada a inadimplência (*loss given default - LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o SMBCB tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- **Estágio 1:** O SMBCB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.
 - **Estágio 2:** Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Banco reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.
 - **Estágio 3:** para operações consideradas com problemas de recuperação, o SMBCB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.
 - **Limites de crédito:** ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SMBCB estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.
- (ii) *Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default porffolio - LDP)*
Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SMBCB utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SMBCB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

d. Operações compromissadas

Compras de ativos financeiros com base em um contrato de revenda não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial como financiamento concedido, com base na natureza do devedor, sob a rubrica “Aplicações em operações compromissadas”.

e. Imobilizado de uso

Ativo inclui sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade da Instituição, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “outras despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para sistemas de processamento de dados, e 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso.

A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

f. Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê a Instituição o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pela Instituição. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a Instituição considere provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares.

g. Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores, ao elaborar suas demonstrações financeiras, efetuam uma distinção entre:

- **Provisões:** saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.
- **Obrigações legais:** derivam de obrigações legal ou contratualmente estabelecidas, oriundas de eventos passados, substancialmente representados por obrigações tributárias cuja legalidade e a constitucionalidade das leis que as constituíram estão sendo contestados judicialmente.
- **Passivos contingentes:** possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Instituição. Incluem as obrigações presentes da Instituição, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- **Ativos contingentes:** ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle da Instituição. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras do SMBCB incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

h. Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pela Instituição para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(i) Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a origem do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

(ii) Receita de dividendos

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de os receber for originado para a Instituição (deliberação do Conselho de Administração).

(iii) Comissões e itens similares

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros onde a ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar.

i. Impostos sobre a renda

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é 20%.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do SMBCB está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários é de 5 (cinco) anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporariamente indedutíveis, compostas por provisão para perdas esperadas e valor justo de instrumentos financeiros.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa de Imposto sobre a renda é reconhecida na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal será reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como: valores a pagar ou a recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que o SMBCB terá lucros tributáveis futuros suficientes contra os

quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

j. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro, se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, entre outros.

Garantias financeiras, independentemente do avalista ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução no valor recuperável de instrumentos financeiros avaliados a custo amortizado.

k. Plano de benefícios a funcionários

O plano de benefícios pós-empregado compreende o compromisso assumido pelo SMBCB de complemento dos benefícios do sistema de previdência.

Plano de Benefício Definido

Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

É realizado o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

l. Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
 - **Fluxos de caixa:** são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
 - **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
 - **Atividades de investimento:** são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
 - **Atividades de financiamento:** são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.
- m. Incerteza sobre tratamentos de Impostos sobre o Lucro:** esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS 12 - Tributos sobre a Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.
- n. Arrendamentos:** Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

4 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Disponibilidades	119.139	45.506
Disponibilidades em moeda nacional	30.906	11.454
Disponibilidades em moeda estrangeira	88.233	34.052
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.178.679	1.755.403
Aplicações em operações compromissadas	2.142.099	1.490.190
Aplicações em moedas estrangeiras	36.580	265.213
	<u>2.297.818</u>	<u>1.800.909</u>

A nota explicativa nº 29 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento das aplicações em operações compromissadas e em moedas estrangeiras.

5 Disponibilidades e reservas no Banco Central

	2020	2019
Depósitos vinculados ao Banco Central	2.646	1.750

2.646	1.750
-------	-------

6 Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo)

Os instrumentos derivativos, compostos de operações de Swap e Non Deliverable Forward – NDF e Futuros, encontram-se custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	Dezembro/2020		Dezembro/2019	
	Valor a Receber	Valor a Pagar	Valor Referencial do Contrato	Valor Referencial do Contrato
Operações de SWAP				
CDI X PRE	-	(776)	1.319	2.341
PRE x CDI	13.961	-	191.200	355.650
CDI x LIBOR	-	-	-	157.815
PRE x DOLAR	18.119	(4.541)	-	199.505
CDI x DOLAR	-	(4.713)	437.348	210.005
DOLAR x CDI	-	-	431.160	322.165
LIBOR x DOLAR	-	-	-	189.360
	32.080	(10.030)	1.061.027	1.436.841
Operações de NDF				
PRE x DOLAR	12.604	(24.974)	145.185	1.042.686
DOLAR x PRE	75.658	(132.136)	737.452	2.522.587
PRE x EURO	1.239	(105)	7.080	1.505
PRE x IENE	4.678	(661)	2.379.426	62.771
EURO x PRE	290	-	3.500	-
	94.469	(157.666)	3.272.643	3.629.549
Credit value adjustment (CVA)				
CVA	(138)	-	-	-
	(138)	-	-	-
Total	126.411	(167.696)	2.755.138	5.066.390

b. Composição do valor nominal por vencimento

	Dezembro/2020			Dezembro/2019
	Até 3 meses	De 3 meses até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor Referencial do Contrato
Operações de SWAP				
CDI x PRE	223	597	499	1.319
				2.341

PRE x CDI	107.400	-	83.800	191.200	355.650
CDI x LIBOR	-	-	-	-	157.815
PRE x DOLAR	45.000	109.869	282.479	437.348	199.505
CDI x DOLAR	206.160	225.000	-	431.160	210.005
DOLAR x CDI	-	-	-	-	322.165
LIBOR x DOLAR	-	-	-	-	189.360
	358.783	335.466	366.778	1.061.027	1.436.841
Operações de NDF					
PRE x DOLAR	113.640	16.366	15.179	145.185	1.042.686
DOLAR x PRE	317.608	397.408	22.436	737.452	2.522.587
PRE x EUR	6.180	900	-	7.080	1.505
PRE x IENE	969.299	1.410.127	-	2.379.426	62.771
EURO x PRE	3.500	-	-	3.500	-
	1.410.227	1.824.801	37.615	3.272.643	3.629.549
Total	1.769.0010	2.160.267	404.393	4.333.670	5.066.390

c. Comparação do valor nominal por local de negociação

	Dezembro/2020			Dezembro/2019
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	1.319	1.059.708	1.061.027	1.436.841
NDF	-	3.272.643	3.272.643	3.629.549
Total	1.319	4.332.351	4.333.670	5.066.390

d. Comparação entre valor de custo e o valor de mercado

	2020			2019
	Valor de Custo	Não Realizadas	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Ativo - Receber	126.569	(158)	126.411	58.713
Operações de SWAP	25.168	6.912	32.080	19.866
Operações de NDF	101.401	(7.070)	94.331	38.847
Passivo – Pagar	(163.525)	(4.171)	(167.696)	(177.880)
Operações de SWAP	(11.930)	1.900	(10.030)	(122.211)
Operações de NDF	(151.595)	(6.071)	(157.666)	(55.669)
Total			(41.282)	(119.167)

e. Hedge contábil

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Tais operações foram designadas como *hedge* contábil e foram segregados entre;

- **Hedge de risco de mercado** – destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período.
- **Hedge de fluxo de caixa** – destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de “*hedge*” são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço.

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Futuros, designadas instrumentos de “*hedge*”, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado não possuía operações de Swap como instrumento de “*hedge*”.

e.1 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de risco de mercado

Vencimentos - Valor Mercado – 2020					
Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	-	438.763	-	438.763
Total		-	438.763	-	438.763

	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Itens Objeto de “hedge”		
Ativo		
Aplicações depósitos interfinanceiros		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	-	31.593
Valor do ajuste	-	(795)
Valor de mercado	-	32.388
Passivo		
Operações de repasse		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	(428.271)	(728.825)
Valor do ajuste	10.069	4.076
Valor de mercado	(438.340)	(732.901)
Total Valor a mercado Objeto de “hedge”	(438.340)	(700.513)
Instrumentos de “hedge” a mercado		
Ativo		
Futuros	438.763	724.658
Passivo		
Futuros	-	(32.319)
Total Valor a mercado Instrumento de “hedge”	438.763	692.339

e.2 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de fluxo de caixa

Vencimentos - Valor Mercado – 2020					
Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	281.009	561.131	504.362	1.346.502
Total		281.009	561.131	504.362	1.346.502

	Dezembro/2020	Dezembro/2019
Itens Objeto de “hedge”		
Passivo		

<i>Operações de repasse</i>		
<i>Valor atualizado pelas condições pactuadas</i>	(1.330.702)	(254.513)
<i>Instrumentos de “hedge”</i>		
Ativo		
Futuros	1.346.502	260.233
Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	(3.970)	2.030

O valor de R\$ (3.970) (R\$ 2.030 em 31 de dezembro de 2019) em Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de hedge.

7 Ativos Financeiros ao Valor Justo

a. Valor Justo por meio do resultado (VJR)

	Nível 1	
	2020	2019
Aplicações de depósitos interfinanceiros		
Não ligadas	-	32.388
	<u>-</u>	<u>32.388</u>

A nota explicativa nº 29 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento dos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

b. Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Composição

	Nível 1	
	2020	2019
Carteira própria:		
Instrumento de dívida:		
Títulos públicos	1.682.029	2.407.656
Títulos privados	163.704	-
Instrumento de patrimônio:		
Cotas de fundos de investimentos	638	630
	<u>1.846.371</u>	<u>2.408.286</u>

A nota explicativa nº 29 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento dos ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Segregação por hierarquia de valor justo

	2020		2019	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Carteira própria:				
Instrumento de dívida:				
Letras Financeiras do Tesouro	1.236.517	-	1.908.498	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F	52	-	55	-
Debêntures	-	163.704	-	-
Instrumento de patrimônio:				
Cotas de fundos de investimentos:				
Cotas de fundos de participação – FIP	-	638	-	630
Instrumento de dívida:				
Vinculados à prestação de garantias:				

Letras Financeiras do Tesouro	445.460	-	499.103	-
	<u>1.682.029</u>	<u>163.342</u>	<u>2.407.656</u>	<u>630</u>

Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC).

8 Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

a. Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras

	<u>Nível 1</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações de depósitos interfinanceiros		
Não ligadas	714.074	670.338
	<u>714.074</u>	<u>670.338</u>

A nota explicativa nº 29 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento das aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras.

b. Empréstimos e recebíveis de clientes

Valor justo dos ativos mensurados ao custo amortizado

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Descrição		
Conta garantida	-	3.739
Repasse Moeda Estrangeira	328.540	121.641
Compror	12.002	23.957
Capital de giro	1.518.848	556.497
Financiamentos em moeda estrangeira	-	32.545
Notas de Créditos para Exportação - NCE	261.538	294.324
Repasse interfinanceiros	435.322	199.981
Adiantamento sobre contratos de câmbio	292.337	499.948
Rendas a receber sobre adiantamentos	2.120	4.761
	<u>2.850.707</u>	<u>1.737.393</u>

c. Por vencimento

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer:		
Até 30 dias	290.371	88.039
De 31 a 60 dias	81.168	314.379
De 61 a 90 dias	343.021	200.726
De 91 a 180 dias	282.856	566.727
De 181 a 360 dias	724.182	379.523
Acima de 360 dias	1.129.109	187.999
	<u>2.850.707</u>	<u>1.737.393</u>

A segregação por vencimento foi efetuada considerando-se as parcelas em aberto na data do balanço.

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2020 representam 65,32% da carteira de crédito (95,94% em 31 de dezembro de 2019).

d. Por setor de atividade

	2020	2019
Setor privado:		
Indústria	1.332.068	1.237.472
Instituições Financeiras	435.322	199.966
Comércio	421.601	150.014
Outros serviços	398.043	149.941
Setor público:		
Federal	263.673	-
	2.850.707	1.737.393

e. Provisão para perdas de crédito esperadas

	Saldos em 31/12/2020			
	Níveis			Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Provisão para perdas Esperadas	1	2	3	-
Empréstimos e recebíveis de clientes	(3.712)	-	-	(3.712)
Total	(3.712)	-	-	(3.712)
	Saldos em 31/12/2019			
	Níveis			Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Provisão para perdas Esperadas	1	2	3	-
Empréstimos e recebíveis de clientes	(3.038)	-	-	(3.038)
Total	(3.038)	-	-	(3.038)

O Banco não apresentou provisão para perdas de crédito esperadas dos instrumentos classificados como VJORA em 2020 e 2019.

f. Metodologia de cálculo da perda esperada com a carteira de empréstimos e recebíveis de clientes

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Banco para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Banco (nota 3 (c)).

(i) Definição de inadimplência e “cura”

O Banco considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Nível 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras

de liquidez), o Banco as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Banco considera a classificação interna de risco de crédito.

O Banco considera que o instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de “cura”) quando a contraparte (pessoa física ou jurídica) não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos.

Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após “cura”.

(ii) *Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (probability of default - PD)*

O Banco possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) *Mensuração do risco de crédito*

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Banco monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

A avaliação do aumento significativo é determinada com base na faixa de mudanças na probabilidade de inadimplência (PD) e levando em considerações fatores qualitativos.

Análise qualitativa: são levados em consideração aspectos gerais do cliente, tais como posição de mercado, gerenciamento da empresa, confiabilidade dos números, pontualidade e atrasos nos pagamentos, limites de créditos e garantias, entre outros fatores, por intermédio de consultas em associações de classes.

Análise quantitativa: análise de balanço levando em consideração diversos parâmetros, tais como: evolução das vendas líquidas, EBITDA, lucratividade, evolução do Patrimônio Líquido e Total de Ativos, relação Dívida Bruta com Patrimônio Líquido e com EBITDA, relação Patrimônio Líquido com Total de Ativos, entre outros parâmetros.

Alguns devedores ainda são sujeito aos procedimentos de Self-Assessment, através do qual esses devedores e suas operações são classificados de acordo com o grau de risco de recebimento.

Alguns critérios são utilizados na seleção dos devedores que devem ser submetidos ao Self-Assessment, entre eles, atraso, devedor que tenha recebido suporte financeiro do Banco (ex: crédito renegociado), devedores com Obligor Grade baixo, devedor com problemas reportados no parecer de auditoria de suas demonstrações financeiras, etc.

Os devedores submetidos ao Self-Assessment são então classificados em categorias que refletem a situação real de seus créditos e que são determinadas de acordo com o seguinte processo:

- Exame da capacidade de pagamento do devedor em termos da sua posição financeira, fluxo de caixa e solidez de seus lucros;
- Confirmação das condições da operação e histórico de pagamentos do devedor;
- Consideração do caráter empresarial; e
- Análise de fatores qualitativos, como perspectiva de rentabilidade futura, capacidade de pagamento pelo fluxo de caixa, viabilidade e racionalidade do plano de reestruturação, ou suporte por instituições financeiras.

g. Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2019	3.038	-	-	3.038
Novos Ativos Financeiros Originados	2.409	-	-	2.409
Mudança na PD, LGD, EAD	-	-	-	-
Estorno de Provisão de Contratos Liquidados	(1.735)	-	-	(1.735)
Migração de Nível				
Saldo em 31/12/2020	<u>3.712</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.712</u>

9 Outros ativos

	2020	2019
Rendas a receber	1.638	1.540
Serviços prestados a receber	1.683	-
Adiantamentos a receber	325	187
Pagamentos a ressarcir	109	25
Despesas antecipadas	1.230	1.172
Materiais de consumo	72	37
Títulos patrimoniais	25	25
Outros	2.920	4.246
	<u>8.002</u>	<u>7.232</u>

10 Imobilizado

a. Composição

2020			
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Móveis e equipamentos de uso (*)	12.798	(5.543)	7.256
Instalações	4.394	(3.445)	949
Sistema de processamento de dados	6.852	(5.571)	1.101
Sistema de comunicação	369	(177)	192
Sistema de segurança	300	(294)	6
Sistema de transportes	1.261	(1.130)	131
Saldos	25.974	(16.340)	9.634

2019			
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Móveis e equipamentos de uso	12.796	(3.280)	9.516
Instalações	4.394	(3.146)	1.248
Sistema de processamento de dados	299	(151)	148
Sistema de comunicação	5.899	(4.973)	926
Sistema de segurança	300	(292)	8
Sistema de transportes	1.382	(1.170)	212
Saldos	25.070	(13.102)	12.058

(*) Nesta linha estão sendo considerados os valores de Direito de Uso no montante de R\$ 6.825 e depreciação de R\$ 4.310, referentes à adoção do IFRS 16. A norma foi aplicada nas demonstrações financeiras pelo método de transição prospectivo modificado, após análise do retorno do banco foi definida a taxa de desconto de 2,79%.

d. Movimentações

	2020	2019
Custo:		
Saldos no início do exercício	25.070	13.989
Ajuste – IFRS 16	-	11.136
Adições (baixas) líquidas	904	(55)
Saldos no final do exercício	25.974	25.070

	2020	2019
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(13.012)	(9.749)
Baixas	288	358
Depreciação líquida	(3.616)	(3.621)
Saldos no final do exercício	(16.340)	(13.012)

11 Intangível

a. Composição

2020		
	Custo	Amortização acumulada
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	13.489	(9.303)
Saldos	13.489	(9.303)
2019		
	Custo	Amortização acumulada
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	12.448	(8.209)
Saldos	12.448	(8.209)

b. Movimentações

	2020	2019
Custo:		
Saldos no início do exercício	12.448	11.979
Adições (baixas) líquidas	1.041	469
Saldos no final do exercício	13.489	12.448
	2020	2019
Amortização acumulada:		
Saldos no início do exercício	(8.209)	(7.014)
Amortização líquida	(1.094)	(1.195)
Saldos no final do exercício	(9.303)	(8.209)

12 Passivos Financeiros

a. Depósitos de clientes

	2020	2019
Depósitos a vista	119.296	76.100
Depósitos a prazo	2.184.229	2.147.703
	2.303.525	2.223.803

Os valores de depósitos de clientes destacados no quadro acima estão pelo custo amortizado. A nota explicativa nº 29 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento dos depósitos de clientes.

b. Obrigações por empréstimos e repasses

	2020	2019
Passivos financeiros ao valor justo no resultado		
Obrigações por empréstimos no exterior	438.340	732.901
	438.340	732.901
Passivo financeiro ao custo amortizado		
Obrigações por empréstimos no exterior	660.442	1.090.428
Obrigações por repasses no exterior	2.274.804	587.973
	2.935.246	1.678.401
	3.373.586	2.411.302

A nota explicativa nº 29 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento das obrigações por empréstimos e repasses.

13 Dívidas subordinadas

Em 05 de abril de 2019, o Banco realizou a liquidação dos empréstimos com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation NY:

- No valor de US\$ 40 milhões, tal empréstimo era considerado como dívida subordinada, integrante de nível II do patrimônio de referência do Banco;
- No valor de US\$ 160 milhões, o qual também era integrante do nível II do patrimônio de referência do Banco.

Ambos os empréstimos estavam autorizados com base nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278 de 31 de outubro de 2013.

O saldo de liquidação em 05 de abril de 2019 dos dois empréstimos foi de R\$ 778.369.

14 Passivos contingentes

Descrição	Provisão		Depósitos judiciais	
	Dezembro / 2020	Dezembro / 2019	Dezembro / 2020	Dezembro / 2019
Provisão para riscos fiscais:				
ISS - RJ (a)	-	-	3.930	4.593
ISS - SP (b)	-	-	612	2.181
IRPJ/CSLL Cetip (h)	-	100	-	-
Obrigações legais:				
Desmutualização Cetip (h)	101	114	-	-
PIS compensação (c)	3.189	3.153	-	-
PIS emenda constitucional (d)	774	753	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	9.518	9.395	9.518	9.395
Total	13.582	13.515	14.060	16.169
Provisão para riscos:				
Cíveis (f)	39.099	35.354	-	-
Trabalhistas (g)	11.857	7.986	1.834	608
Total	50.956	43.340	1.834	608
Total de provisões e depósitos judiciais	64.538	56.855	15.894	16.777

(a) O Banco possui processos fiscais relacionados a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro, nos quais são cobrados impostos sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica de rateio de resultados internos. A

Administração entende, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que as chances de êxito desse processo são possíveis, e portanto não foi efetuado provisionamento, mantendo, entretanto, o depósito judicial, requerido para andamento do processo na esfera jurídica cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.930 (R\$ 4.593 em 31 de dezembro de 2019). A diminuição do valor do período se deu por conta de levantamento realizado pelo banco de depósito relacionado ao tema.

(b) Os depósitos judiciais se referem à processos em discussão relacionados a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004.

A administração entende com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que as chances de êxito desses processos são possíveis, e, portanto não efetuou o provisionamento. O depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera jurídica, representa o montante de R\$ 612 (R\$ 2.181 em 31 de dezembro de 2019). Houve trânsitos em julgado favoráveis ao banco cujos depósitos judiciais foram levantados nesse período.

(c) Refere-se ao processo de compensação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vem sendo solicitada judicialmente relativa à glosa efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendem aos períodos que abrangem de setembro de 2002 a outubro 2005. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$3.189 (R\$ 3.153 em 31 de dezembro de 2019).

(d) Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC17/97, o qual discute a inconstitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2020, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do processo, cujo montante, atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 774 (R\$ 753 em 31 de dezembro de 2019).

(e) O Banco questiona a majoração de alíquotas de 18% para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi realizado o depósito judicial do valor discutido.

De acordo com a opinião dos consultores jurídicos a chance de perda relacionada a esta discussão judicial é possível. Desta forma, por decisão da administração, foi constituída provisão, relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em análise, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$9.518 (R\$ 9.396 em 31 de dezembro de 2019).

(f) A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. A administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já foram tomados e são adequados em cada situação. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 39.099 (R\$ 35.355 em 31 de dezembro de 2019).

(g) A provisão refere-se à ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O

montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 11.857 (R\$ 7.986 em 31 de dezembro de 2019).

(h) O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre a desmutualização das ações da CETIP, sendo que o montante para 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 101 (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2019).

15 Outros Passivos

a. Relações interdependências

	2020	2019
Recursos em trânsito de terceiros	27.393	22.784
	<u>27.382</u>	<u>22.784</u>

b. Outras obrigações

	2020	2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	392	345
Sociais e estatutárias	3.374	3.659
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	18	20
Impostos e contribuições sobre salários	1.810	1.658
Demais impostos e contribuições	2.126	2.695
Negociação e intermediação de valores	1.155	269
Provisão para perdas esperadas – limites de crédito	-	4
Despesas de pessoal	20.157	16.936
Outras despesas administrativas	4.584	1.324
Outros pagamentos	-	53
Passivo de Arrendamento (*)	7.033	9.102
Passivos atuariais	19.845	21.643
Obrigações líquidas de operações de câmbio	11.629	11.697
Outras	3.018	3.668
	<u>75.141</u>	<u>73.073</u>

(*) O Banco é arrendatário de imóveis para uso em suas operações, sendo reconhecido os arrendamentos com prazo maior de 12 meses e de valores substanciais.

c. Créditos tributários e passivos fiscais

Imposto de renda e contribuição social

	2020 (dez)		2019 (dez)	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação após participações	96.651	96.651	68.013	68.013
Reversão de provisões de passivos contingentes	-	-	-	-
Provisão de passivos contingentes	6.473	6.473	(1.372)	(1.372)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.357	2.357	2.072	2.072

Consolidado IFRS Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Demonstrações financeiras em IFRS em
31 de dezembro de 2020

Provisões temporárias	6.167	6.167	(564)	(564)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	616	616	4.420	4.420
Ajuste a valor de mercado operações “ <i>hedge accounting</i> ”	6.660	6.660	23.698	23.698
Despesas não dedutíveis	3.345	922	-	-
Operações BM&F	(25.776)	(25.776)	(8.496)	(8.496)
Perdas Incobráveis	-	-	-	-
Outras adições/(exclusões)	(315)	(315)	(572)	(572)
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(28.526)	(27.800)	(28.297)	(27.338)
Lucro tributável	67.651	65.954	66.024	63.795
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3o)	10.147	-	9.904	-
Adicional de imposto de renda - 10% (nota explicativa nº 3o)	6.741	-	6.578	-
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	(399)	-	(387)	-
Lei Empresa Cidadã	(84)	-	(32)	-
Ajuste CSLL - Proporcional de alíquota	-	(291)	-	-
Contribuição social - 20% (nota explicativa nº 3o)	-	12.973	-	9.569
Total	16.406	12.682	16.063	9.569

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2019	(Realizações) Constituições	Saldo em 31/12/2020
Movimentação de Crédito Tributário			
Prejuízo fiscal	8.476	(7.132)	1.344
Base Negativa CSLL	4.506	(3.263)	1.244
Total	12.982	(10.395)	2.588

	31/12/2018	(Realizações) Constituições	31/12/2019
Movimentação de Crédito Tributário			
Prejuízo fiscal	15.551	(7.075)	8.476
Base Negativa CSLL	9.454	(4.948)	4.506
	25.005	(12.023)	12.982

d. Demais créditos tributários diferidos

Outros créditos tributários: O Banco possui ainda, créditos e obrigações fiscais diferidas nos montantes de R\$ 22.514 e R\$ 24.352 respectivamente (R\$ 15.863 e R\$ 11.441, respectivamente em 31 de dezembro de 2019), que estão relacionados exclusivamente com os ajustes ao valor de mercado das operações com ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionados ao plano de aposentaria de benefícios definido e dos benefícios pós-emprego referente ao Plano de Assistência Médica nos quais o Banco é patrocinador (conforme regra vigentes) também estão sendo considerados.

Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências no montante de R\$ 26.030 (R\$ 24.769 em 31 de dezembro de 2019) e também créditos não ativados sobre a provisão para perdas associadas ao risco de crédito no montante R\$ 1.647 (R\$ 1.287 em 2019) devido à incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

e. Tributos a recolher

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social	28.815	25.632
	<u>28.815</u>	<u>25.632</u>

f. Tributos a compensar

	2020	2019
Antecipações de IRPJ não compensados	9.173	10.384
Antecipações de CSLL não compensadas	4.645	4.252
IRRF a compensar	96	115
PIS a compensar	130	134
COFINS a compensar	70	90
CSLL a compensar	23	30
	<u>14.137</u>	<u>15.005</u>

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias, no valor de R\$1,00 cada, assim distribuídas:

	Quantidade de ações	
	2020	2019
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	1.559.697	1.559.697
Acionistas domiciliados no país	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>1.559.699</u>	<u>1.559.699</u>

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto social.

Em 31 de dezembro de 2020 não tivemos destacado o valor de dividendos/juros de capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para destinação futura.

c. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva Estatutária

A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 258.644 (R\$ 215.151 em 31 de dezembro de 2019) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, “*ad referendum*” da assembleia geral.

17 Receitas com juros e similares

	2020	2019
Títulos e valores mobiliários	49.812	117.335
Títulos emprestados e operações compromissadas	73.285	165.823
Empréstimos e adiantamentos a clientes	180.761	99.872
Outras	154.911	46.139
	<u>458.769</u>	<u>429.169</u>

18 Despesas com juros e similares

	2020	2019
Depósitos de intuições financeiras	(826)	(455)
Depósitos de clientes	(49.573)	(111.750)
Títulos tomados em empréstimo e operações compromissadas	(813.429)	(280.602)
Dívida emitida e outros fundos tomados em empréstimo	(4.635)	(11.549)
	<u>(868.463)</u>	<u>(404.356)</u>

19 Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros

	2020	2019
Resultado com operações de derivativos	(39.959)	66
Resultado na alienação de ativos e passivos financeiros	(143.647)	9.161
Resultado de ajuste a valor de mercado	401.588	41.479
	<u>217.982</u>	<u>50.706</u>

20 Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram os ganhos ou as perdas nas negociações indexadas em moedas estrangeiras nas conversões para a moeda funcional do Banco.

21 Receita líquida de comissões e prestação de serviços

	2020	2019
Receita com tarifas e comissões	<u>131</u>	<u>129</u>
Taxas de administração de fundos		

Intermediação em financiamentos	24.174	15.172
Rendas de garantias prestadas	20.092	19.545
Outras taxas recebidas	20	28
	<u>44.417</u>	<u>34.874</u>
Despesa com tarifas e comissões		
Taxas pagas	(2.981)	(3.064)
	<u>41.436</u>	<u>31.810</u>

22 Outras receitas (despesas) operacionais

	2020	2019
Recuperação de encargos e despesas	2.943	720
Variações monetárias ativas	315	572
Processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(5.533)	(1.972)
Provisão garantias prestadas	(1.251)	-
Variações monetárias passivas	-	(3.503)
Reversão de prov. operacional	8.637	11.728
Multas indenizatorias	297	1.778
Despesa de arrendamentos	(225)	(281)
Outros	(554)	(299)
	<u>4.609</u>	<u>8.743</u>

23 Despesas com pessoal

	2020	2019
Salários	(49.879)	(46.829)
Custos previdenciários	(14.549)	(13.769)
Benefícios	(7.413)	(9.839)
Outras despesas de pessoal	(259)	(249)
	<u>(72.100)</u>	<u>(70.686)</u>

24 Despesas administrativas

	2020	2019
Imóveis, instalações e materiais	(3.130)	(5.523)
Tecnologia e sistemas	(16.920)	(14.916)
Comunicações	(7.369)	(5.540)
Relatórios técnicos	(5.266)	(5.071)
Serviços de terceiros	(1.025)	(1.329)
Viagens, transportes	(772)	(1.622)
Propaganda e publicidade	(168)	(235)
Outras despesas administrativas	(2.493)	(2.624)
	<u>(37.143)</u>	<u>(36.860)</u>

25 Despesas tributárias

	2020	2019
ISS / PIS / COFINS	(11.292)	(12.537)
Outros tributos	(147)	(3.058)
	<u>(11.439)</u>	<u>(15.595)</u>

26 Partes Relacionadas

a. Transações com controladores (diretas e indiretas)

Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation. são os seguintes:

	<u>Ativo / (passivo)</u>		<u>Receita / (despesa)</u>	
	2020	2019	2020	2019
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	44.149	13.275	-	-
Aplicações em moeda estrangeira no exterior	36.580	265.998	75.354	23.271
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios-vide (nota explicativa nº 20)	2.819	4.118	11.076	8.153
Obrigações por empréstimos no exterior	(662.209)	(1.093.657)	(253.267)	(40.299)
Obrigações por repasses do exterior	(2.713.144)	(1.320.874)	(404.769)	(122.489)
Dívida subordinada	-	-	-	(8.470)
Total	<u>(3.291.805)</u>	<u>(2.131.140)</u>	<u>(571.606)</u>	<u>(139.834)</u>

b. Remuneração do pessoal - chave da Administração

Foi definido como pessoal chave do SMBCB todos os membros que compõem sua Diretoria.

O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Na última reforma estatutária ocorrida em abril de 2019 foi fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

Benefícios de curto prazo a diretores

	2020	2019
Proventos	3.723	3.821
Remuneração variável	2.013	2.019
Contribuições ao INSS/FGTS	582	1.375
Total	<u>6.318</u>	<u>7.215</u>

Benefícios pós emprego

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram efetuados pelo Banco, empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares.

Os membros da Diretoria não possuíam qualquer participação acionária no Banco.

27 Benefícios pós-emprego patrocinados

O exigível atuarial do SM foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir.

O IAS 19 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção da referida Norma se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de

janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

a. Plano de Aposentadoria

O Banco é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo “benefício definido”. No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento.

Em 31 de dezembro de 2020, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

	Plano de Aposentadoria	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações atuariais	42.920	43.420
Valor justo dos ativos do plano	(37.054)	(38.020)
Déficit/ (Superávit) para planos cobertos	5.866	5.400
Ajustes por diferimentos permitidos		
Efeito do limite de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	5.866	5.400
Premissas atuariais:		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	6,54%a.a.	6,78%a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,35% a.a.	6,71% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,28% a.a.	4,64% a.a.
Índice estimado de inflação	3,25% a.a.	3,60% a.a.
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10% e	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábua Biométrica de entrada em invalidez	segregada por sexo Tábua “Mercer” 0,30/ (tempo de serviço+1)	sexo Tábua “Mercer” 0,30/ (tempo de serviço+1)
Taxa de rotatividade esperada	10% na 1ª data de elegibilidade à aposentadoria antecipada;	
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	3% entre a 1ª elegibilidade à aposentadoria antecipada e normal;	
	100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.	

Análise de Sensibilidade

O valor presente da obrigação atuarial é sensível a variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação

atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10.00% aa):

Valor Presente das Obrigações	Análise de Sensibilidade	
	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	1.107	1.089
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(1.076)	(1.059)

b. Plano de Saúde

Até novembro de 2017 o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos das normas vigentes. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo (Ativo) atuarial líquido	13.979	16.243
Total	13.979	16.243
Premissas atuariais/Hipoteses Atuariais		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	7.17%a.a	7.11%a.a
Índice estimado de inflação	3.25%a.a.	3.60%a.a.
Tábua Biométrica de Rotatividade	0,15 / (Tempo de Serviço) + 1	0,15 / (Tempo de Serviço) + 1
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	55 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Decrescendo de 7,90% a.a a 4,28% a.a	Decrescendo de 8,26% a.a a 4,64% a.a
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%
Fator de Idade (Aging Factor)	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Composição Familiar - Ativos	90% Casados	90% Casados
Diferença de Idade Titular/Cônjuge	4 anos	4 anos
Composição Familiar Aposentados	Família Real	Família Real

28 Outras divulgações

a. Ativos dados em garantia

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos ou clientes e para os depósitos de margem de garantia das operações do SMBCB na B3 S.A. – Brasil. Bolsa. Balcão correspondem a:

	2020	2019
Margem para operações da B3 S.A. – Brasil. Bolsa. Balcão	235.914	341.816
Outros ativos dados em garantia - garantia de fiança	209.546	157.287

445.460	499.103
---------	---------

b. Operações relevantes de clientes

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do SMBCB em 2019 e em 2020.

29 Gestão de riscos

O SMBCB busca constantemente avaliar e aperfeiçoar sua estrutura de gerenciamento de riscos, influenciando na sua cultura e no seu modo de atuação. Tal prática é fundamentada em procedimentos, métodos e técnicas padronizadas e objetivas para monitorar, mensurar, mitigar e reportar as exposições aos riscos de qualquer natureza nas diversas atividades e processos desenvolvidos, produtos ou serviços oferecidos, de forma a apoiar o contínuo desenvolvimento sustentado de suas atividades.

Para SMBCB, os princípios de prudência e ética estão sempre presentes nas políticas, Normas, procedimentos e metas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado e avaliado. Promove ainda o acultramento dos funcionários em todos os níveis hierárquicos.

A Estrutura de Gestão de Riscos do SMBCB possui políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo órgão regulador.

(i) Metodologia de gerenciamento de riscos

O SMBCB aborda o gerenciamento de riscos inerentes às suas atividades dentro de um processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dos negócios e minimizar os riscos que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

A metodologia de gerenciamento de riscos está adequada ao perfil de atividades do SMBCB, valendo destacar também que as estruturas de Compliance e Auditoria Interna são elementos importantes no aprimoramento da metodologia.

A estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados à Diretoria.

(ii) O apetite ao risco

O apetite aos riscos determina o desejo do SMBCB em assumir riscos para atingir seus objetivos versus o potencial de retorno. Este apetite é influenciado por diversos fatores, internos e externos, e determinado pela Diretoria do Banco, alinhada à sua estratégia corporativa.

O processo de acompanhamento dos riscos é corporativo, sendo considerado desde o processo de planejamento orçamentário do SMBCB. O apetite aos riscos é continuamente reavaliado, de acordo com as mudanças ocorridas no ambiente - tanto por mudanças internas quanto de mercado.

O SMBCB caracteriza-se por seu perfil bastante conservador, apresentando o comprometimento da estrutura de governança na definição e monitoramento constante do apetite aos riscos adotados.

(iii) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas pelo SMBCB.

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração dos riscos de mercado e liquidez no SMBCB, bem como atender aos dispositivos das normas vigentes, o gerenciamento de risco de mercado envolve diversas áreas, que possuem atribuições específicas no processo, garantindo uma estrutura eficiente na mensuração e controle do risco de mercado.

A Diretoria aprovou a Política de Gestão de Riscos de Mercado, cuja revisão é realizada no mínimo anualmente, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado e liquidez.

O perfil de exposição a risco de mercado do SMBCB é bastante conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente por uma unidade independente de risco.

A estrutura de limites do SMBCB é definida pela área de riscos da sua matriz, levando em consideração o perfil de atuação do Banco no país.

A política de Gerenciamento de Risco de Mercado é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do SMBCB, no controle dos limites para posições de Limites/Diretrizes para “*Stop Loss*”.

O Departamento de Gerenciamento de Riscos monitora o risco de mercado também através da metodologia de *Value at Risk* (VaR) paramétrico e testes de estresse. o qual é calculado diariamente utilizando-se de técnicas estatísticas de forma a estimar a perda financeira possível para um dia levando-se em conta a normalização dos eventos passados no mercado. O modelo de VaR empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99% monocaudal.

Outra abordagem utilizada na aferição do risco de mercado é o *Stress Test*, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Esta abordagem de análise tem por objetivo preservar o patrimônio do SMBCB em situações de mercado consideradas atípicas e, que embora difiram do padrão estatístico histórico, podem estar dentro das possibilidades consideradas pontuais pelo Departamento de Gerenciamento de Riscos.

Os limites de risco de mercado são definidos utilizando os conceitos de: orçamento de risco, onde a rentabilidade em reais de determinado prazo (janela móvel e. ou calendário) somada ao VaR calculado em reais é subtraída de um valor (percentual do PL) de orçamento de risco (stop loss), e orçamento absoluto, onde o resultado auferido em determinado prazo (janela móvel e, ou calendário) é subtraído de um valor de orçamento (stop loss absoluto).

O valor do VaR apurado pela área de risco na data base do balanço foi de R\$ 8.857 (R\$ 2.887 em 2019), sendo que a média ao longo do ano de 2020 ficou em R\$ 6.223 (R\$ 3.512 em 2019).

(iv) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo SMBCB, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo SMBCB.

A estrutura de Risco Operacional definida no SMBCB é regida por duas áreas corporativas específicas e independentes: Security Office, responsável pela coordenação do plano de continuidade de negócios e o Corporate Affairs & Compliance, responsável pela gestão consolidada dos eventos de risco operacional e pela gestão do sistema de controles internos, ambas subordinadas ao Vice-Presidente do Banco. O uso destas duas ferramentas tem como objetivo melhorar o ambiente de controles e, por conseguinte, disseminar a cultura de risco operacional e controles internos no Banco.

a. *Plano de continuidade de negócios*

O Banco Sumitomo, de forma a estar preparado a minimizar os impactos financeiros, Operacionais, legais e regulatórios ocasionados pela indisponibilidade de acesso físico e lógico, prover aos seus clientes os produtos e serviços essenciais, bem como prestar as informações requeridas pelos órgãos oficiais e representantes no exterior, tem estabelecido um Plano de Continuidade dos Negócios (PCN), com o objetivo de estabelecer e implantar meios/mecanismos para proteger a integridade física das pessoas e assegurar a continuidade dos negócios críticos do Banco, frente a eventos/incidentes que possam gerar interrupções/indisponibilidades, tais como, mas não limitados a: incêndio, explosões, ameaça de bombas, greves, distúrbios sociais, interrupção do fornecimento de energia elétrica e falhas nos sistemas críticos ou na infraestrutura de tecnologia e suporte do Banco.

b. *Gestão consolidada dos eventos de risco operacional*

O Banco Sumitomo possui um banco de dados, cujo principal objetivo é auxiliar o sistema de apoio à decisão, armazenando diferentes tipos de dados de risco operacional numa única estrutura, facilitando qualquer tipo de análise (quantitativa e/ou qualitativa) que possa ser realizada usando todos os dados sobre risco operacional disponível. Os eventos de risco operacional são então revisados, analisados e monitorados a fim de melhorar os procedimentos operacionais e desenvolver dados históricos de perda.

As diretrizes para a quantificação do impacto do risco operacional seguem uma abordagem simples e linear para facilitar a integração numa única medida de risco. Neste cenário, o composto de impacto versus probabilidade de ocorrência versus frequência de ocorrência é capaz de medir o grau de severidade de um evento de risco operacional.

A unidade de Gerenciamento de Risco Operacional segue um ciclo contínuo que aborda a apresentação dos eventos ocorridos no SMBCB, reporte das ações mitigatórias tomadas, acompanhamento dessas ações e nova análise para aferição dos resultados.

Os relatórios gerenciais produzidos pela unidade de Gerenciamento de Risco Operacional são direcionados mensal e trimestralmente à Diretoria e à matriz do SMBCB, bem como reportados semestralmente através do Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional da Diretoria.

(v) *Risco de Crédito*

a. *Introdução ao tratamento do risco de crédito*

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Nos termos da norma vigente, o SMBCB possui um departamento único responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado e liquidez. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo SMBCB, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do SMBCB.

Na estrutura organizacional do SMBCB, a função de monitoramento de riscos é representada por uma diretoria independente da área de negócios e auditoria, sendo fundamental para que se tenha uma visão e controle independentes de risco.

A Diretoria do SMBCB é responsável por prover os recursos necessários para a efetiva gestão dos riscos e pelo acompanhamento das atividades inerentes a essa gestão. Os relatórios periódicos, bem como as diretrizes adotadas pela Área de Gestão do Risco de Crédito são avaliados e aprovados pela Diretoria do SMBCB.

Exposição máxima ao risco de crédito

	2020	2019
Risco de crédito relativo a ativos registrados no balanço patrimonial:		
Títulos e valores mobiliários	1.846.371	2.408.286
Aplicações em operações compromissadas	2.142.099	1.490.190
Aplicações em depósitos interfinanceiros	714.074	670.338
Empréstimos e recebíveis de clientes	2.850.706	1.737.393
	<u>7.553.250</u>	<u>6.306.207</u>
Risco de crédito relativo a operações não registradas no balanço patrimonial (<i>off balance</i>):		
Operações de créditos contratados a liberar	16.530	41.217
Garantias prestadas	2.258.264	1.655.339
	<u>2.274.794</u>	<u>1.661.964</u>
	<u>9.828.044</u>	<u>7.968.171</u>

b. Ciclo de risco de crédito

O SMBCB possui controle sobre a posição corrente e sobre a potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. O risco de crédito de contraparte consiste na possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas ao SMBCB. Toda exposição ao risco e desempenho da contraparte é analisada no processo de concessão de limite de crédito, fazendo parte dos limites gerais de créditos concedidos aos clientes.

c. Medidas e ferramentas de mensuração

c.1 Classificações de qualidade de crédito (ferramentas de rating)

O SMBCB possui políticas e procedimentos para concessão de crédito aprovados por um Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do SMBCB. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do *obligor grade (grading)* do cliente, considerando os seguintes aspectos:

- **Quantitativos:** os saldos dos balanços patrimoniais, demonstrações de resultados e fluxos de caixa são inseridos no sistema GBR, o qual realiza, automaticamente. (i) análise de balanço, levando em consideração diversos parâmetros, tais como evolução das vendas líquidas, EBITDA e respectiva margem, Lucratividade, evolução do Patrimônio Líquido e total de Ativos, relação Dívida Bruta com Patrimônio Líquido e com EBITDA e relação Patrimônio Líquido com Total de Ativos, entre outros parâmetros, e (ii) atribuição do obrigor grade.
- **Qualitativos:** são levados em consideração aspectos gerais do cliente, tais como posição de mercado, gerenciamento da empresa, confiabilidade dos números, pontualidade e atrasos nos pagamentos, limites de crédito e garantias, entre outros fatores, por intermédio de consultas em associações de classes.

Todas as operações de crédito, independentemente de seu valor e segmento de mercado do tomador de crédito, são analisadas conforme os critérios adotados pelo SMBCB e classificadas de acordo com o seu *facility grade* (*grading* do produto).

Essa classificação é revisada e ajustada pela Área de Gerenciamento de Riscos de acordo com os atrasos verificados nos pagamentos.

O *facility grade* segue o mesmo princípio do *obligor grade* e o valor atribuído a esse *grading* tem de ser igual ao *obligor grade*, quando não há garantias atreladas ao empréstimo, ou melhor ao *obligor grade*, quando a operação possui alguma forma de garantia.

Cada tipo de *obligor grade* tem uma classificação de 1 a 18, conforme demonstrado a seguir:

Obrigor grade	Categoria
1	Devedor normal
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	Devedor que requer atenção
15	
16	
17	Devedor potencialmente falido
18	Devedor falido

As categorias demonstradas acima podem ser assim descritas:

- **Devedor Normal** - devedor que demonstra um bom desempenho de negócios e cuja posição financeira é considerada como sem problema específico;
- **Devedor que Requer Atenção** - devedor que precisa ser monitorado, com especial atenção, sendo:

- Devedor que apresenta problemas em suas operações de crédito, como redução, perdão ou suspensão do pagamento de juros;
- Devedor com desempenho problemático em relação a suas operações de crédito, como atraso virtual no pagamento de valor principal e de juros; ou
- Devedor com desempenho nos negócios fraco ou instável, ou com posição financeira problemática.
- **Devedor Potencialmente Falido** - devedor considerado com alta possibilidade de falir no futuro devido a dificuldades de gestão e progresso insatisfatório nas melhorias do negócio (incluindo dificuldade na obtenção de apoio financeiro de instituições financeiras). Devedores nessa categoria geralmente têm, por exemplo, as seguintes características:
 - Patrimônio líquido negativo, embora ainda esteja em operação;
 - Desempenho de negócios extremamente pobre;
 - Preocupação em relação ao recebimento dos valores de principal e juros e, portanto, há alta possibilidade de ocorrência de perdas para o SMBCB; ou
 - Alta possibilidade de falência no futuro;
- **Devedor Falido** - o devedor está legalmente ou formalmente falido.

c.2 Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento para garantia da recuperação do crédito, sendo sua avaliação feita individualmente para cada cliente com base em regras rigorosas da Matriz.

Desta forma a definição dos mitigadores de risco de crédito é efetuada individualmente, quando da concessão de crédito, considerando a capacidade de pagamento através da análise do fluxo e caixa, entendimento das condições potenciais e reais de negócios.

Em razão do foco de negócio do SMBCB, as garantias estão em sua maioria baseadas em emissões de cartas de garantias das matrizes, cobrindo o risco comercial de suas filiais no Brasil.

A avaliação da eficiência destes instrumentos é realizada periodicamente, com o intuito de assegurar sua liquidez e suficiência (margem de cobertura).

- **Liquidez**
Ou seja, a capacidade de conversão da garantia em moeda. Nesse sentido, as garantias podem ser mais ou menos líquidas impactando no preço de conversão em moeda.
- **Margem de Cobertura**
É a relação percentual entre o valor da garantia e o valor da dívida. Deve-se levar em conta, além do custo do dinheiro, a liquidez da garantia, ou seja, a sua maior ou menor conversibilidade.

c.3 Distribuição do risco de crédito

O SMBCB tem sua política de negócios voltada ao mercado de crédito, atendendo a necessidade de filiais de empresas japonesas no Brasil, multinacionais de grande porte e os grandes conglomerados nacionais.

d. Risco de Liquidez

Risco de liquidez abrange o risco de *funding* e o risco do produto ou mercado. Risco de liquidez de *funding* é a incerteza de que o SMBCB Sumitomo será capaz de cumprir suas necessidades de *funding* ou de compensar seus descasamentos de taxas e de vencimentos. Risco de liquidez de mercado é a incerteza de que o SMBCB não conseguirá liquidar ou compensar suas posições eficientemente, ou seja, a preços razoáveis.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que o SMBCB Sumitomo possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

A política global de Gerenciamento de Riscos de Liquidez é estabelecida pela matriz do SMBCB Sumitomo e aprovada pela Diretoria, e está amparada por três pilares:

- Gerenciamento do Money Gap (necessidade de *funding* dentro de certo período de tempo);
- Estabelecimento do plano de contingência; e
- Recursos suplementares de emergência para liquidez.

Essa política tem como objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam ao SMBCB Sumitomo o estabelecimento de fundo de liquidez suplementar, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão (Departamento de Tesouraria). A área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, Normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

Consolidado IFRS Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
Demonstrações financeiras em IFRS em
31 de dezembro de 2020

31 de dezembro de 2020							
Em milhares de Reais							
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	2.297.784						2.297.784
Títulos e valores mobiliários	-	540.215	344.300	961.856	-	-	1.846.371
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	51.889	420.325	241.860	-	-	714.074
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	714.560	1.007.038	1.129.108	-	-	2.850.706
Total do ativo	2.297.784	1.306.664	1.771.663	2.332.824	-	-	7.708.935
Passivo:							
Instrumentos financeiros derivativos		(19.541)	50.365	10.321	-	-	41.285
Depósitos de clientes	119.296	516.735	974.014	693.480	-	-	2.303.525
Obrigações por empréstimos e repasses			1.602.897	1.770.495	-	-	3.373.392
Total do passivo	119.296	497.194	2.627.276	2.474.296	-	-	5.718.062
31 de dezembro de 2019							
Em milhares de Reais							
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades e reservas no SMBCB Central do Brasil	47.256	1.755.403	-	-	-	-	1.802.659
Títulos e valores mobiliários	-	258.737	73.049	2.076.499	-	-	2.408.285
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	138.776	226.063	337.887	-	-	702.726
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	603.144	946.250	187.999	-	-	1.737.393
Total do ativo	47.256	2.756.059	1.245.362	2.602.385	-	-	6.651.063
Passivo:							
Instrumentos financeiros derivativos	-	(8.813)	134.361	(6.380)	-	-	119.167
Depósitos de clientes	76.100	179.150	1.110.657	857.896	-	-	2.223.803
Obrigações por empréstimos e repasses	-		1.818.157	593.145	-	-	2.411.302
Total do passivo	76.100	170.337	3.063.175	1.444.660	-	-	4.754.271

30 Reconciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS)

a. Reconciliação das diferenças entre BR GAAP e IFRS em 31 de dezembro de 2020 e 2019

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Patrimônio Líquido - BRGAAP	Notas	1.840.429	1.785.596
Ajuste - Taxa efetiva de juros	b.i	-	-
Ajuste - Câmbio	b.ii	502	53
Ajuste - Garantias prestadas	b.iii	5.480	4.770
Ajuste - Impostos diferidos	b.iv	(2.692)	(2.172)
Ajuste - Arrendamento	b.v	(1.481)	(120)
Patrimônio Líquido - IFRS	-	<u>1.842.238</u>	<u>1.788.127</u>
		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado - BRGAAP		45.457	38.584
Ajuste - Taxa efetiva de juros	b.i	-	-
Ajuste - Câmbio	b.ii	447	(202)
Ajuste - Garantias prestadas	b.iii	709	781
Ajuste - Impostos diferidos	b.iv	(491)	261
Ajuste - Arrendamento	b.v	(64)	(2.171)
Resultado - IFRS	-	<u>46.058</u>	<u>39.424</u>

b. Sumário das principais diferenças entre BR GAAP e IFRS

b.1 Taxa efetiva de juros

De acordo com os pronunciamentos sobre instrumentos financeiros e receitas do IASB, a IFRS 9 e a IFRS 15, o método de custo amortizado, aplicado à uma parte dos instrumentos financeiros, conforme sua classificação, consiste em valor original, menos as amortizações do principal, mais juros calculados com base na taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é calculada com base no fluxo de caixa livre da operação, computando-se todos os custos e as receitas na originação dos contratos, tais como:

- Comissões pagas a correspondentes bancários.
- Receitas de abertura de crédito e taxas diversas cobradas por ocasião da geração dos contratos.
- Custos operacionais diretamente relacionados a efetivação dos contratos, captações, documentação, pesquisas e análise para aprovação inicial de crédito.
- Comissões de estruturação provenientes de originação de operações registradas no balanço do SMBCB.

Em outros termos: a taxa efetiva de juros (TEJ) é a taxa que efetivamente desconta o fluxo de caixa esperado na operação (pagamentos/recebimentos) ao montante inicial do ativo e/ou passivo financeiro, incluindo comissões pagas ou recebidas pelo SMBCB e custos de origemação e captação (initial amount).

O SMBCB Sumitomo não possuía ativos financeiros originados que geraram pagamentos de comissões de estruturação dos clientes ou outras tarifas. No BRGAAP essas comissões foram reconhecidas diretamente como receita no resultado, mas no IFRS elas passaram a fazer parte do fluxo das operações originadas, alterando suas taxas efetivas e resultando no ajuste divulgado.

b.2 Câmbio

Em BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade (Real) por meio da utilização da cotação "PTAX 800" (média praticada no dia), conforme determinam as regras do SMBCB Central do Brasil. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra (para ativos em moeda estrangeira) e venda (para passivos em moeda estrangeira).

A diferença na taxa de conversão de operações em moeda estrangeira gera ajuste de critério contábil.

b.3 Garantias prestadas

No BRGAAP, o SMBCB efetuou provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre garantias prestadas, baseado nas premissas da Resolução nº 2.682 do CMN.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores distintos de perdas por redução ao valor recuperável e em consequência o ajuste foi reconhecido.

b.4 Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais.

Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos calculados sobre os ajustes de IFRS foram refletidos na reconciliação.

b.5 Arrendamento IFRS 16

O SMBCB adotou, o IFRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019. Após discussões e análises do retorno do SMBCB foi decidido usar uma taxa de desconto de 2,79% para o modelo de método de transição prospectivo modificado, sendo aplicada ao aluguel do SMBCB e teve seus devidos ajustes na Demonstração Financeira do SMBCB Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

31 Evento Subsequente

Desde o início de janeiro de 2020, os mercados financeiros globais monitoram e reagem à epidemia de Covid-19. A Administração do Conglomerado entende que não haverá impacto

financeiro nas Demonstrações Financeiras do Conglomerado em 30 de Dezembro de 2020 como resultado deste evento subsequente e está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações das autoridades de saúde brasileira e seguindo as melhores práticas gerais de resposta à pandemia, não havendo assim impactos na capacidade operacional do Conglomerado. Vale ressaltar que até o presente momento, não houve impacto significativo nas operações, dado a seleção criteriosa da carteira de clientes.

No início de 2021, de maneira a viabilizar a estratégia de rentabilidade do Fundo Onshore, foi criado um fundo de investimento que terá o próprio Fundo Onshore como quotista único, denominado SMBCB Offshore Fund I, constituído nas Ilhas Cayman. Com isso o Fundo Onshore passará a operar com derivativos no mercado de balcão local, juntamente com as operações da mesma natureza realizadas entre o Banco e seus clientes, e o Fundo Offshore irá operar com tais valores mobiliários visando alavancar a exposição das operações realizadas pelo Fundo Onshore e pelo Banco.

Por fim, não podemos deixar de citar que por meio da Medida Provisória nº 1.034, publicada no dia 1º de março de 2021, que altera a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988, ficará majorada a alíquota da CSLL devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro para o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), essa alíquota vigorará pelo período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, retornando a alíquota de 20% (vinte por cento) atualmente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022.